

INTERPELAÇÃO ORAL

A eficácia na exploração, gestão, planeamento e aproveitamento dos recursos de solos tem uma directa relação com o desenvolvimento sócio-económico e com os próprios interesses dos residentes.

Quanto às matérias que envolvem a exploração, a gestão, o planeamento e o aproveitamento dos terrenos, na actual estrutura administrativa compete ao Secretário para os Transportes e Obras Públicas ordenar a utilização dos solos, enquanto que à Comissão de Terras, por si presidida e coordenada, compete coordenar todas as matérias relacionadas com a concessão e ocupação dos terrenos do domínio público, e à Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes apresentar propostas para a definição de políticas relacionadas com a gestão e aproveitamento dos solos.

Para além de alguns operadores do sector da construção e de entidades a ele ligadas, a verdade é que, para o público e para os novos investidores, é difícil o acesso, através de um meio fácil, às informações sobre os terrenos e o planeamento urbanístico previsto para uma determinada zona, sendo isto portanto razão para se levantarem dúvidas sobre certas concessões e alterações de finalidades. Sendo assim, como elevar o grau de transparência na gestão de solos e no processamento das concessões, por forma a que as decisões possam contar com a aceitação do público, é um facto que não pode, de forma alguma, descurar-se.

Tomemos como exemplo a Zona dos Aterros da Baía da Praia Grande. Afinal, quais são os terrenos titulados pela Administração e quais os titulados por entidades privadas? Quais eram os planos iniciais para aquela zona e quais foram as alterações registadas? Se nem mesmo os deputados à Assembleia Legislativa têm vias para conhecer as transformações entretanto ocorridas naquela zona, como é que o público poderá ter acesso a essas informações! Sabemos apenas que a Administração reservou uma parcela de terreno nos novos aterros para onde será transferido o edifício da Assembleia. Por isso, com um modelo de aplicação dos recursos de solos tão fechado, é normal e inevitável que na sociedade se levantem as mais diversas interrogações.

Os terrenos são um tesouro precioso de Macau. Assim, mecanismos de gestão e fiscalização aperfeiçoados, alto grau de transparência nos processos de apreciação e aprovação, bem como mecanismos justos que permitam ao público aceder às respectivas informações constituem pressupostos indispensáveis para assegurar a aplicação adequada e justa dos terrenos.

Assim sendo, apresento as seguintes questões à Administração:

1. Actualmente, quais são as vias simples e fáceis ao dispor do público, que lhe permitam aceder plenamente às informações sobre os terrenos ainda não desenvolvidos, existentes em Macau? As autoridades vão ponderar

sobre o reforço da transparência de todo o processo relativo ao desenvolvimento, gestão, planeamento e utilização dos terrenos? Sobretudo antes da tomada de decisões em relação à apreciação e aprovação dos terrenos, vai permitir ao público aceder às respectivas informações, por forma a elevar o grau de aceitação pública dos trabalhos do Governo no âmbito da aplicação e gestão dos terrenos?

2. Quais são os terrenos disponíveis para serem submetidos a concurso público? Quais são os projectos em fase de apreciação e aprovação envolvendo requerimento de terrenos?
3. Quais eram os planos iniciais para Zona dos Aterros da Baía da Praia Grande? Qual é o rácio entre os terrenos titulados pela Administração e os titulados por empresas promotoras? Quais foram as alterações registadas? Que razões é que motivaram essas alterações? Que planos é que foram concretizados? Quantos são os projectos já aprovados pelo Governo mas ainda por desenvolver?

12 de Abril de 2007.

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM

Kwan Tsui Hang